



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

EXTRATO DE ATA N.º. 025/2011-CPJ, REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

Ao 19º (décimo nono) dia do mês de dezembro do ano de 2011 (dois mil e onze), às 13:00h (treze horas), no Plenário da Procuradoria Geral de Justiça, sito na Av. Cel. Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, realizou-se a reunião extraordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, presentes o Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Presidente, e os Procuradores de Justiça, Drs. Evandro Paes de Farias, Flávio Ferreira Lopes, João Bosco Sá Valente, Sandra Cal Oliveira, Carlos Antônio Ferreira Coêlho, Suzete Maria dos Santos, Nicolau Libório dos Santos Filho, Pedro Bezerra Filho, Maria José Silva de Aquino, José Roque Nunes Marques, Jussara Maria Pordeus e Silva, Públio Caio Bessa Cyrino e Antonina Maria de Castro do Couto Valle. Ausentes, justificadamente, os Procuradores: Alberto Nunes Lopes – Licença Especial, Portaria n.º. 1360/2011/PGJ; Rita Augusta de Vasconcellos Dias, Noeme Tobias de Souza, Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos, Maria José da Silva Nazaré, Mauro Roberto Veras Bezerra e José Hamilton Saraiva dos Santos. **I – Abertura, conferência de *quorum* e instalação da sessão:** a começar, procedeu-se à verificação de *quorum*, sendo a reunião de pronto instalada, haja vista a presença de 14 (quatorze) Procuradores de Justiça. **II – Leitura, discussão, aprovação e assinatura da Ata da sessão anterior:** Não houve Ata para aprovação. **III – Leitura do expediente e comunicações do Presidente:** Não houve registro. **IV – Comunicações dos membros:** Não houve registro. **V – Leitura da Ordem do Dia:** PROCESSO PARA DELIBERAÇÃO: Processo n.º. 533911.2011.PGJ. Assunto: Plano Plurianual 2012-2015 e Proposta Orçamentária 2012. **Interessado(a):** Procuradoria-Geral de Justiça. **Relator:** Exmo. Sr. **Dr. EVANDRO PAES DE FARIAS.** Com a palavra, o Procurador de Justiça **Evandro Paes de Farias** pediu ao Diretor de Planejamento, Dr. Marcos Abensur, que fizesse uma explanação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

sobre o Plano Plurianual 2012-2015 e a Proposta Orçamentária 2012 do Ministério Público do Amazonas. Em seguida, o Procurador de Justiça, **Dr. José Roque Nunes Marques** sugeriu: Se alguém tiver algum destaque com relação à matéria, que faça, para a gente não ficar discutindo ponto por ponto. Retomando a palavra, o Sr. Presidente propôs: acho que a gente pode alterar a metodologia. Construir no sentido inverso: se alguém tem algum questionamento sobre algum termo específico, de modo que a gente possa dar uma avançada. Pedindo a palavra, o Procurador de Justiça, **Dr. João Bosco Sá Valente** fez a seguinte observação: Quando nós falamos base legal, Regimento Interno, isso aqui já está defasado. A partir do momento em que nós retiramos do Regimento Interno e passamos para a legislação, quem prevê o sistema de controle não é mais o Regimento Interno, é a Lei. Em seguida, a Procuradora de Justiça, **Dra. Jussara Maria Pordeus e Silva** questionou: Com relação a investimentos, há uma previsão para renovação da frota de veículos e do estacionamento de informática em pelo menos vinte e cinco por cento (25%)? Em resposta, o Sr. Presidente disse: Previsão para a renovação da frota e do parque de informática há. Está sendo desenvolvido um programa na nossa Assessoria, recomendando a renovação da frota e que se estabeleça um calendário para reposição de peças e acessórios, de modo que essas revisões sejam feitas de forma rotineira. Nós pretendemos renovar a frota ainda esse ano e, inclusive, comprar de uma única marca, para conseguir custo mais barato na manutenção. Vamos praiar os carros antigos e colocar a frota com veículos novos. Com a palavra, o Procurador de Justiça, **Dr. José Roque Nunes Marques** fez a ponderação: Hoje, um ar condicionado de boa qualidade custa de oitocentos (800) a um mil reais (R\$1.000,00), ou seja, nós teríamos condição de comprar duzentos (200) condicionadores de ar com o valor da manutenção. Então, de repente não é negócio ajeitar esses e sim comprar um novo e fazer a substituição. Pedindo a palavra, o Procurador de Justiça, **Dr. Públio Caio Bessa Cyrino** disse: Eu volto a fazer um reclame que fiz na sessão passada, com o Dr. Hamilton. Mas Vossa Excelência é testemunha que há quatro (4) meses nós pedimos essa exposição que ora se faz. Poderíamos ter dado uma colaboração muito maior ou até ter compreendido melhor certas colocações que são postas e isso enriqueceria muito a Administração. Então, fica apenas aqui o meu requerimento para que no ano de 2012 a gente comece, já no segundo semestre, a ajustar essa discussão nas Reuniões Administrativas, com a exposição do DEPLAN, e a gente possa debater, no espírito de colaborar com a Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Retomando a palavra, o Sr. Presidente explicou: Dr. Públio, quando Vossa Excelência fez essa sugestão, eu, imediatamente, pedi que todo esse material fosse enviado aos Procuradores. Nós queremos, inclusive, acrescer, tornar mais rico esse debate aqui. Então, já cobrei depois, por conta do não cumprimento disso e exigi a feitura de um calendário, de modo que a gente possa debater, de maneira aberta, e estabelecer as prioridades do Ministério Público. Quero dizer que nós estamos à disposição, para que juntos, Administração e Colegiado, a gente possa fazer uma gestão melhor no ano que vem. Com a palavra, o Procurador de Justiça, **Dr. João Bosco Sá Valente** fez o seguinte destaque: Uma questão que me preocupa, na esteira do que falou o Dr. Públio Caio, é a atividade que o MP vai empreender, a partir do ano que vem, nas Prefeituras do interior. Essa atividade é trabalhosa e vai demandar recursos financeiros, pessoais e técnicos. Então, queria advertir Vossa Excelência, para que a gente não seja cobrado por um compromisso assumido publicamente, de maneira que a gente possa não levar a efeito ou fazer isso timidamente. **DECISÃO:** O Colégio decidiu, à unanimidade dos presentes, o seguinte: **APROVAR** a Proposta do Plano Plurianual PPA para 2012 a 2015 e a Proposta Orçamentária 2012, na forma do que preconiza o inciso IV do art. 29, da Lei Complementar n°. 011/93, e em consonância com o voto proferido em sessão pelo ilustre relator. **VI – Discussão e votação de matérias constantes da pauta:** Não houve registro. **VII – Apresentação, votação e discussão de outras matérias:** Não houve registro. **VIII – O que houver:** Com a palavra, a Procuradora de Justiça, **Dra. Jussara Maria Pordeus e Silva** informou: Nós tivemos uma dificuldade em intimar um indiciado num Processo Administrativo que estamos presidindo. Nós tínhamos proposto, há algum tempo, a criação do cargo de Oficial de Promotoria, alguém treinado para fazer essas intimações. Vossa Excelência pode pensar numa solução para, no ano que vem, estabelecer quem é que vai entregar as intimações e treinar como fazer as certidões, para que a gente não tenha essas dificuldades. Retomando a palavra, o Sr. Presidente disse: Eu agradeço a sugestão. Também gostaria de comunicá-los que o Tribunal de Justiça decidiu, à unanimidade de seus membros, receber a denúncia formulada pelo Ministério Público contra o Promotor David Carramanho. Foi publicado o acórdon e nós estamos tomando a providência no sentido de encaminhar ao Conselho Superior o pedido de afastamento. Semana passada, tivemos o julgamento de quatro (4) Promotores de Justiça. Tivemos o julgamento do Dr. Cândido, foi julgada procedente a denúncia, à unanimidade



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

dos votos. Com relação ao Dr. Walber, foi negado o Mandado de Segurança, à unanimidade dos membros, em que ele pretendia o retorno, alegando vício. E o outro processo julgado foi o Mandado de Segurança manuseado pela Dra. Rogeanne, que também pretendia o retorno, alegando vício no seu afastamento, em que o Tribunal, também à unanimidade, denegou a ordem pleiteada. A gente lamenta ter membros do Ministério Público nesses processos, mas a resposta tem que ser dada. Então, desejo Feliz Natal, Feliz Ano Novo e muitas felicidades a todos. **IX – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu,, Lucíola Honório de Valois Coêlho da Silva, Secretária, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Sr. Presidente e por todos os Procuradores presentes.

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTIAGO DA CRUZ
Presidente

EVANDRO PAES DE FARIAS
Membro

FLÁVIO FERREIRA LOPES
Membro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

JOÃO BOSCO SÁ VALENTE
Membro

SANDRA CAL OLIVEIRA
Membro

CARLOS ANTÔNIO FERREIRA COÊLHO
Membro

SUZETE MARIA DOS SANTOS
Membro

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Membro

PEDRO BEZERRA FILHO
Membro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

MARIA JOSÉ SILVA DE AQUINO
Membro

JOSÉ ROQUE NUNES MARQUES
Membro

JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA
Membro

PÚBLIO CAIO BESSA CYRINO
Membro

ANTONINA MARIA DE CASTRO DO COUTO VALLE
Membro